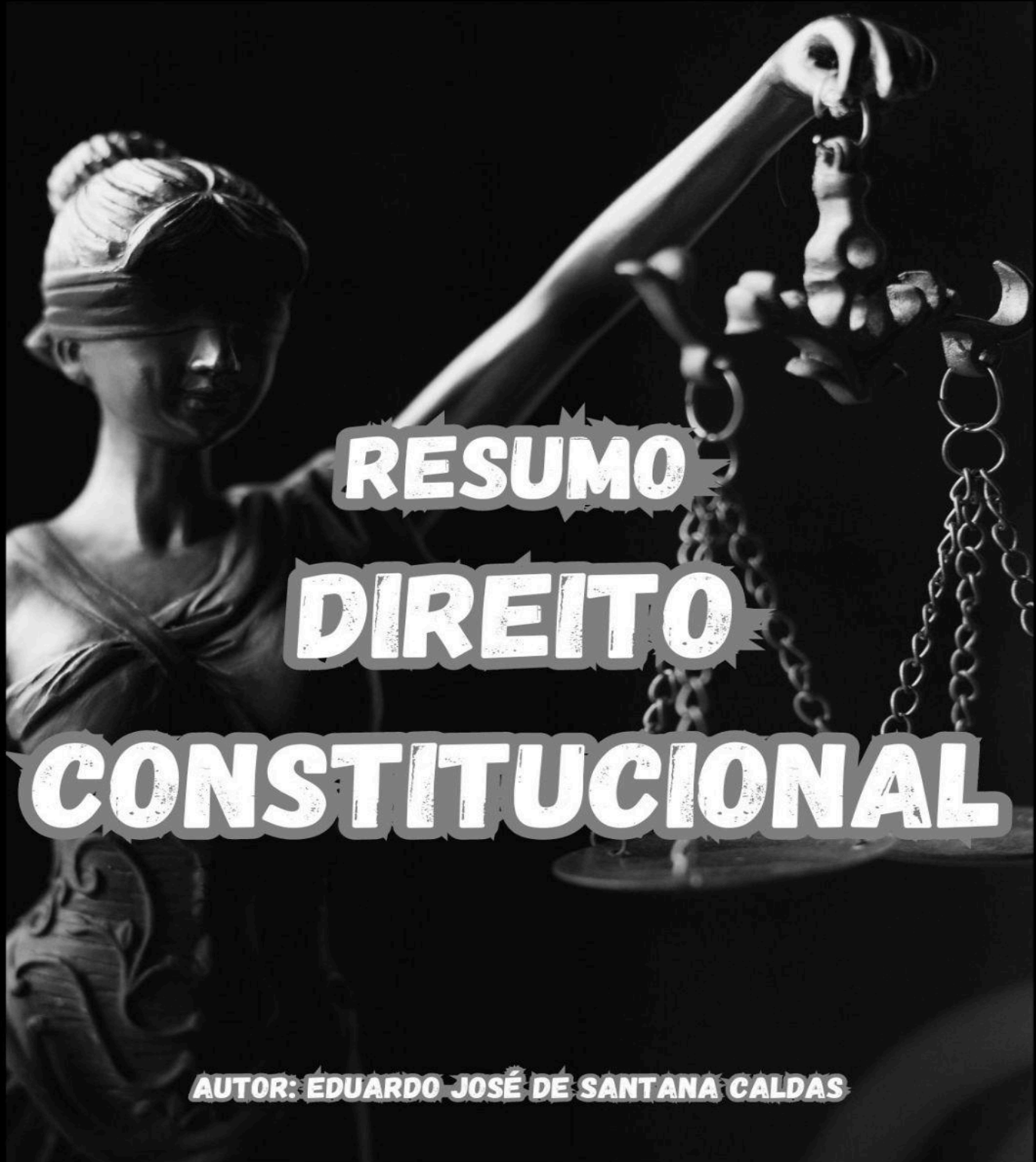




RESUMO DIREITO CONSTITUCIONAL

AUTOR: EDUARDO JOSÉ DE SANTANA CALDAS

CONCEPÇÕES E SENTIDOS DE CONSTITUIÇÃO	3
EFICÁCIA E APLICABILIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS	6
PODER CONSTITUINTE	8
MÉTODOS DE INTERPRETAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO	9
DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS (CF/88)	11
DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	14
REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS	34
DIREITOS SOCIAIS	46
NACIONALIDADE	54
SOBERANIA POPULAR E DIREITOS POLÍTICOS	57
PARTIDOS POLÍTICOS	63
ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA	66

CONCEPÇÕES E SENTIDOS DE CONSTITUIÇÃO

1. Sociológico (Ferdinand Lassale)

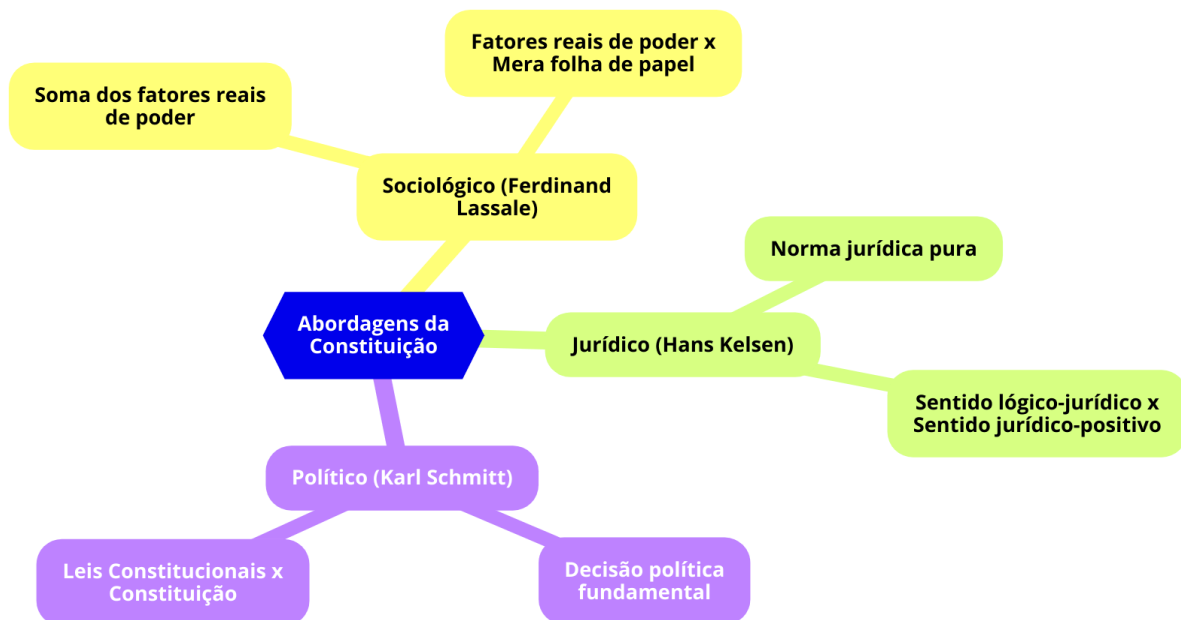
- **Conceito:** A constituição é a **soma dos fatores reais** de poder de uma sociedade.
- **Dica:** Constituição não é apenas um documento legal (não é uma mera folha de papel), mas um reflexo do poder real dentro de uma sociedade.

2. Jurídico (Hans Kelsen)

- **Conceito:** Constituição como norma jurídica pura, baseada em um texto formal.
 - **Sentido lógico-jurídico:** Norma hipotética fundamental, anterior ao texto.
 - **Sentido jurídico-positivo:** Norma escrita que rege o ordenamento jurídico.
- **Exemplo:** A CF/88 como norma suprema do ordenamento jurídico brasileiro.
- **Dica:** A constituição, segundo Kelsen, é autossuficiente e não depende de fatores externos. Saiba qual a diferença entre os sentidos lógico-jurídico e jurídico-positivo.

3. Político (Karl Schmitt)

- **Conceito:** Constituição é a decisão política fundamental de uma sociedade.
- **Exemplo:** Uma revolução ou mudança política profunda que leva à adoção de uma nova constituição.
- **Dica:** O foco aqui está na decisão política que cria o texto constitucional, não em sua forma. Saiba a diferença entre leis constitucionais e constituição.
- **Leis Constitucionais:** parte do texto, mas sem muita relevância (ex: Colégio Pedro
- **Constituição:** matérias de grande relevância jurídica (ex: direito à vida)



CLASSIFICAÇÃO DAS CONSTITUIÇÕES

1. Quanto à Origem:



- **Outorgada:** Imposta sem a participação popular (Ex: Constituição de 1824).
 - **Dica:** "Otoridade" lembra "outorgada", associando à imposição.
 - **Democrática / Promulgada:** Constituinte eleito pelo povo (Ex: CF/88).
 - **Dica:** "P de Povo", associando a participação popular na elaboração.
 - **Cesarista / Bonapartista:** Imposta e legitimada por referendo.
 - **Pactuada / Dualista:** Acordo entre forças políticas.
2. **Quanto à Forma:**
- **Escrita:** Codificada em um único documento (Ex: CF/88).
 - **Dica:** Constituição brasileira é escrita e extensa.
 - **Não Escrita:** Baseada em costumes, leis esparsas e jurisprudências (Ex: Constituição do Reino Unido).
 - **Importante:** Não significa ausência de documentos escritos, mas ausência de um texto único.
3. **Quanto à Estabilidade:**
- **Imutáveis:** Não se modificam.
 - **Rígida:** Somente modificável por processos complexos (Ex: CF/88).
 - **Dica:** Rígida porque só pode ser alterada por emendas constitucionais.
 - **Jurisprudência:** O controle de constitucionalidade depende dessa rigidez, garantindo que alterações sigam o devido processo (ADIs no STF).
 - **Semirrígida:** Parte mais difícil de alterar. (Ex: Constituição de 1824 no Brasil).
 - **Flexível:** Modificável pelo mesmo processo das leis ordinárias, sem controle de constitucionalidade.
4. **Quanto à Extensão:**
- **Análítica / Prolixa:** Conteúdo extenso, abrangendo muitas matérias (Ex: CF/88).
 - **Exemplo:** A CF/88 aborda temas como educação, saúde, segurança, além dos direitos fundamentais.
 - **Sintética / Concisa:** Limita-se a aspectos essenciais, como a divisão de poderes e direitos fundamentais (Ex: Constituição dos EUA).
5. **Quanto à Finalidade:**
- **Constituição-Garantia:** Foca em limitar o poder do Estado e proteger direitos fundamentais (Ex: Constituições liberais, como a dos EUA).
 - **Dica:** Limita o Estado para proteger direitos individuais.
 - **Constituição-Dirigente:** Define metas e diretrizes para a ação estatal (Ex: CF/88, com normas programáticas).
 - **Exemplo:** Art. 6º da CF/88, que trata dos direitos sociais.
 - **Principlológica:** Princípios são mais importantes que regras (Ex: CF/88).
 - **Dica:** Constituição brasileira valoriza princípios como a dignidade da pessoa humana (Art. 1º, III, CF/88).
 - **Preceitual:** Regras são mais importantes que princípios (Ex: Constituições positivistas).
6. **Ontológicas**
- **Normativas:** tenta regular e consegue,
 - **Nominativas:** tenta regular, mas não consegue,

- **Semânticas:** só mantém o status quo - legitima quem já ta no poder, não tenta regular.

7. Quanto ao conteúdo

- **Materialmente Constitucionais:**
- **Conceito:** Normas que tratam da organização do Estado e limitações ao poder.
- **Exemplo:** Art. 2º da CF/88 - Separação dos poderes.
- **Dica:** Podem existir normas materialmente constitucionais fora da CF, como tratados internacionais de direitos humanos.
- **Jurisprudência:** O STF já reconheceu o status de norma constitucional a tratados internacionais de direitos humanos (Ex: Tratado de San José da Costa Rica).
- **Formalmente Constitucionais:**
- **Conceito:** Normas contidas na constituição escrita, mas que não possuem relevância fundamental (Ex: Colégio Pedro II).
- **Dica:** Nem todas as normas da CF são materialmente constitucionais.

EFICÁCIA E APLICABILIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS

1. Plena:

- **Conceito:** Autoaplicável, não necessita de regulamentação para ser aplicada (Ex: Remédios constitucionais como o habeas corpus).
- **Jurisprudência:** O STF considera que normas de eficácia plena não podem ser restringidas por lei.
- **São autoaplicáveis, não restringíveis e aplicabilidade direta, imediata e integral.**

2. Contida:

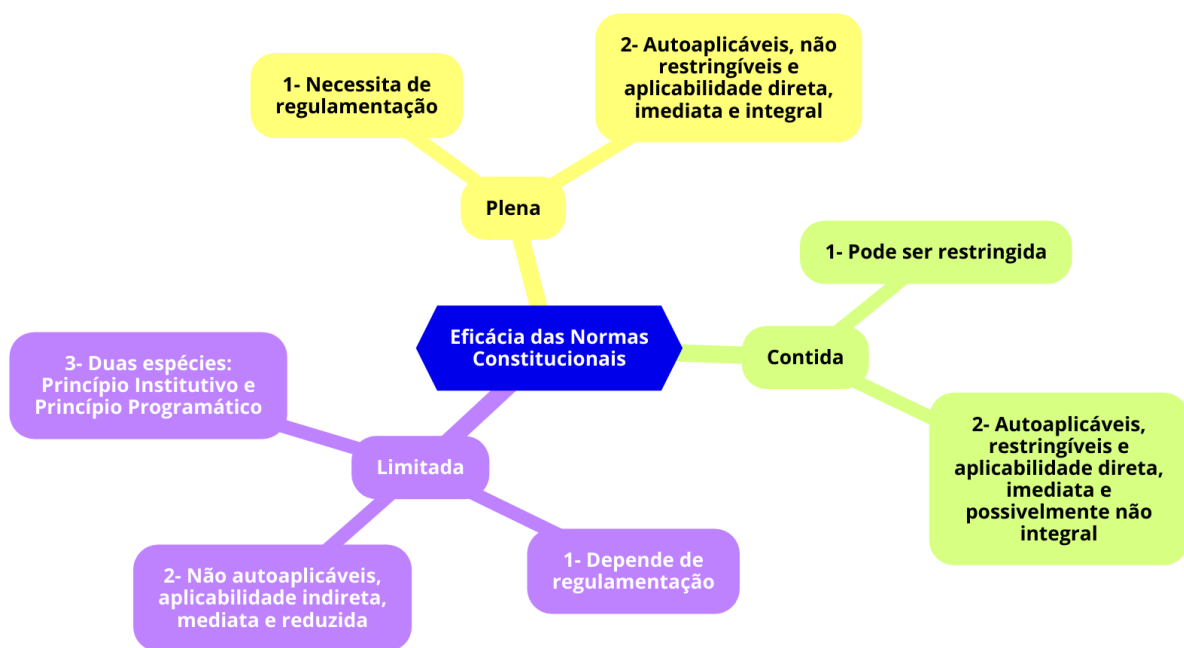
- **Conceito:** Autoaplicável, mas pode ser restringida por lei (Ex: Art. 5º, XIII, CF/88 - liberdade profissional).
- **Dica:** Embora autoaplicável, pode ter seu exercício limitado pela legislação infraconstitucional.
- **São autoaplicáveis, restringíveis e aplicabilidade direta, imediata e possivelmente não integral.**

3. Limitada:

- **Conceito:** Não-autoaplicável, depende de regulamentação por lei (Ex: Direito de greve dos servidores públicos, Art. 37, VII, CF/88).
- **São não auto aplicáveis e aplicabilidade indireta, mediata e reduzida.**
- **Jurisprudência:** O STF tem decidido que enquanto não houver lei regulamentando, o direito pode ser exercido com limitações.

Espécies de Normas Limitadas:

- **Normas de Princípio Institutivo ou Organizativo:** Normas que estabelecem a estruturação, criação e organização dos entes e poderes.
 - **Exemplo:** Organização do Estado, dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário (Art. 44 ao 135 da CF/88).
 - **Jurisprudência:** O STF atua no controle das estruturas de poder, principalmente em questões que envolvem o funcionamento de órgãos constitucionais.
- **Normas de Princípio Programático:** Normas que estabelecem programas e diretrizes para a atuação futura dos órgãos estatais.
 - **Exemplo:** Art. 6º da CF/88 - Direitos sociais, como educação, saúde e moradia.
 - **Jurisprudência:** O STF determina que essas normas têm efeito vinculante para o legislador, devendo ser concretizadas através de políticas públicas.



ELEMENTOS DAS CONSTITUIÇÕES (JOSÉ AFONSO DA SILVA)

1. Elementos Orgânicos

- **Função:** Normas que regulam a **estrutura do Estado** e a organização do poder.
- **Exemplo:** Art. 2º da CF/88 - Separação dos Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário).

2. Elementos Limitativos

- **Função:** Normas que limitam a atuação do Estado e protegem os direitos fundamentais.
- **Exemplo:** Art. 5º da CF/88 - Direitos e garantias fundamentais.

3. Elementos Socioideológicos

- **Função:** Normas que demonstram o compromisso com o bem-estar social.
- **Exemplo:** Art. 6º da CF/88 - Direitos sociais (saúde, educação, moradia).

4. Elementos de Estabilização Constitucional

- **Função:** Normas que garantem a resolução de conflitos constitucionais e a estabilidade.
- **Exemplo:** Art. 102 da CF/88 - Atribuições do STF (controle de constitucionalidade).

5. Elementos Formais de Aplicabilidade

- **Função:** Normas que tratam da aplicação da Constituição.
- **Exemplo:** Preâmbulo, Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

NORMAS CONSTITUCIONAIS NO TEMPO

1. Revogação

- **Conceito:** Nova constituição revoga inteiramente a anterior.
- **Exemplo:** A Constituição de 1988 revogou a de 1967.

2. Recepção

- **Conceito:** Normas infraconstitucionais anteriores compatíveis materialmente com a nova constituição são recepcionadas.
- **Dica:** Incompatibilidade formal não impede a recepção.

3. Desconstitucionalização

- **Conceito:** Normas constitucionais anteriores são transformadas em normas infraconstitucionais, se expressamente previsto.

4. Inconstitucionalidade Superveniente

- **Conceito:** Não aceita no Brasil. Leis não se tornam inconstitucionais automaticamente com a promulgação de uma nova constituição.
- **Jurisprudência:** O STF considera que leis inconstitucionais são nulas desde o início.

5. Repristinação

- **Conceito:** A restauração de uma norma que havia sido revogada.
- **Dica:** Só é permitida se expressamente prevista.

6. Mutação Constitucional

- **Conceito:** Mudança no significado da constituição sem alterar o text (feito pelo judiciário).
- **Exemplo:** Decisões do STF que reinterpretem direitos fundamentais (como a prisão em segunda instância).

PODER CONSTITUINTE

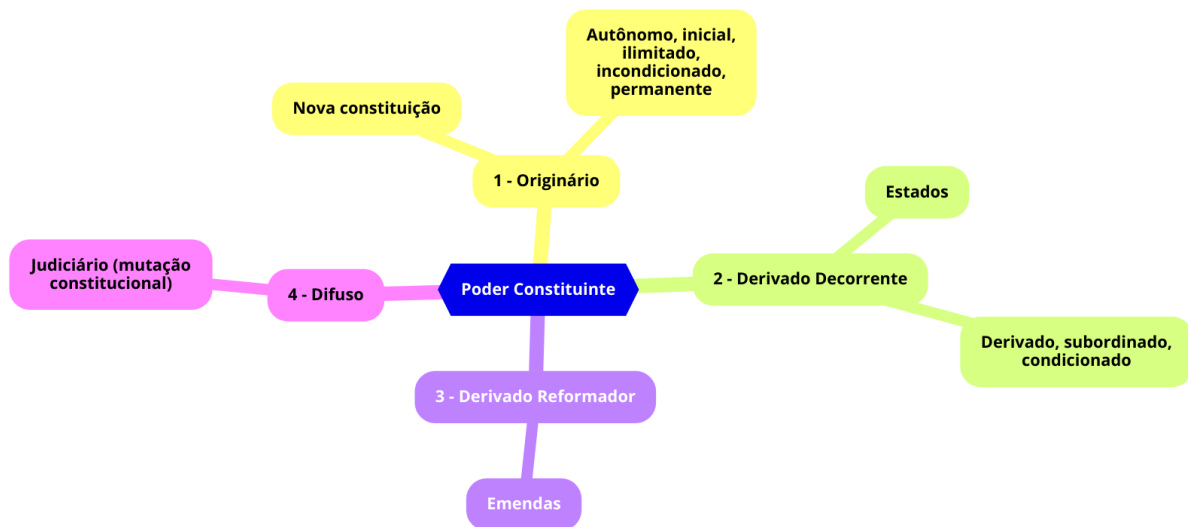
1. Poder Constituinte Originário (PCO)

- **Função:** Cria uma nova constituição.
- **Características:** Autônomo, inicial, ilimitado, incondicionado, permanente.
- **Exemplo:** Assembleia Constituinte de 1987-1988 que resultou na CF/88.

2. Poder Constituinte Derivado Decorrente (PCDD)

- **Função:** Poder dos estados-membros de elaborar suas próprias constituições.
- **Características:** Derivado, subordinado, condicionado.
- **Exemplo:** Constituição do Estado de São Paulo.

- **Dica:** O Distrito Federal tem uma Lei Orgânica, com status de constituição estadual.
- Poder Constituinte Derivado Reformador (PCDR)**
 - **Função:** Poder de alterar a constituição através de emendas.
 - **Exemplo:** Emendas à CF/88.
 - **Dica:** Deve seguir as regras formais e materiais previstas no Art. 60 da CF/88.
 - Poder Constituinte Difuso (PCD)**
 - **Função:** Alteração do sentido da constituição por meio da interpretação judicial.
 - **Exemplo:** STF altera a interpretação da Constituição sem modificar o texto (mutação constitucional).



MÉTODOS DE INTERPRETAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO

- Interpretativista**
 - **Conceito:** Juiz interpreta a constituição de forma literal, sem ir além do texto.
 - **Dica:** Foco na letra da lei.
- Não-Interpretativista**
 - **Conceito:** Juiz tem maior liberdade interpretativa, considerando valores como justiça e igualdade.
- Científico-Espiritual**
 - **Conceito:** Interpretação que considera os valores da sociedade e a realidade social.
- Tópico-Problemático**
 - **Conceito:** A solução do problema concreto é priorizada sobre a norma.
- Hermenêutico-Concretizador**
 - **Conceito:** A norma tem prevalência sobre o problema.
- Normativo-Estruturante**
 - **Conceito:** A norma deve ser aplicada à realidade social e não apenas interpretada.

MÉTODOS CLÁSSICOS DE INTERPRETAÇÃO



1. **Sistemático**
 - **Conceito:** A norma deve ser interpretada dentro do sistema jurídico.
 - **Exemplo:** Art. 5º da CF/88 interpretado em harmonia com outros direitos.
2. **Histórico/Genético**
 - **Conceito:** Busca entender o contexto histórico da criação da norma.
3. **Teleológico**
 - **Conceito:** Busca a finalidade da norma.
 - **Exemplo:** Expansão do conceito de "casa" para incluir locais de trabalho.
4. **Jurídico**
 - **Conceito:** Interpretação baseada nas regras tradicionais de hermenêutica jurídica.

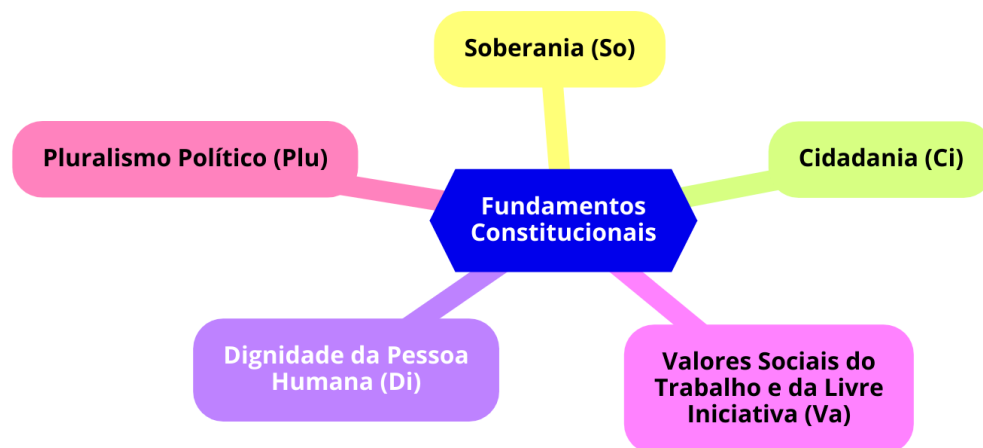
PRINCÍPIOS DE INTERPRETAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO

1. **Unidade da Constituição**
 - **Conceito:** As normas constitucionais devem ser interpretadas de forma integrada.
2. **Efeito Integrador**
 - **Conceito:** A interpretação deve fortalecer a unidade política e social.
3. **Conformidade Funcional ou Justeza**
 - **Conceito:** O intérprete deve respeitar a divisão de funções estabelecida pela constituição.
4. **Concordância Prática ou Harmonização**
 - **Conceito:** O intérprete deve buscar o equilíbrio entre normas e princípios constitucionais evitando o sacrifício total de um deles.
5. **Força Normativa**
 - **Conceito:** A interpretação deve garantir a permanência da constituição evitando que ela vire uma lei morta.
6. **Interpretação Conforme a Constituição**
 - **Conceito:** Deve-se preferir a interpretação que mais se aproxime da constituição, em casos de normas polissêmicas (com vários sentidos).
 - **Exemplo:** Art. 28, § único, Lei 9.868 - interpretação conforme a constituição com efeito vinculante.
7. **Máxima efetividade**
 - **Conceito:** O princípio da máxima efetividade determina que o intérprete constitucional deve buscar a maior concretização possível dos direitos fundamentais previstos na Constituição.

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS (CF/88)

- **Art. 1º - Fundamentos da República Federativa do Brasil (RFB) - SO-CI-DI-VA-PLU**

- A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados, Distrito Federal e Municípios, constituindo-se em um **Estado Democrático de Direito** com os seguintes **fundamentos**:
 1. **Soberania (So)**:
 - A independência do Brasil para se autogovernar, sem subordinação a outros países.
 - **Exemplo**: A defesa da integridade territorial e decisões autônomas em política externa.
 2. **Cidadania (Ci)**:
 - Envolve a participação ativa dos cidadãos na vida política e no exercício dos direitos e deveres.
 - **Exemplo**: Direito de votar e ser votado.
 3. **Dignidade da Pessoa Humana (Di)**:
 - O respeito ao valor essencial de cada ser humano.
 - **Exemplo**: A proibição de tortura e tratamentos degradantes (Art. 5º, III).
 4. **Valores Sociais do Trabalho e da Livre Iniciativa (Va)**:
 - Valorização do trabalho e do empreendedorismo como bases da economia.
 - **Exemplo**: Proteção ao trabalhador e estímulo ao empreendedorismo.
 5. **Pluralismo Político (Plu)**:
 - Reconhecimento da diversidade de ideias e partidos políticos.
 - **Exemplo**: A livre formação de partidos e organizações políticas.

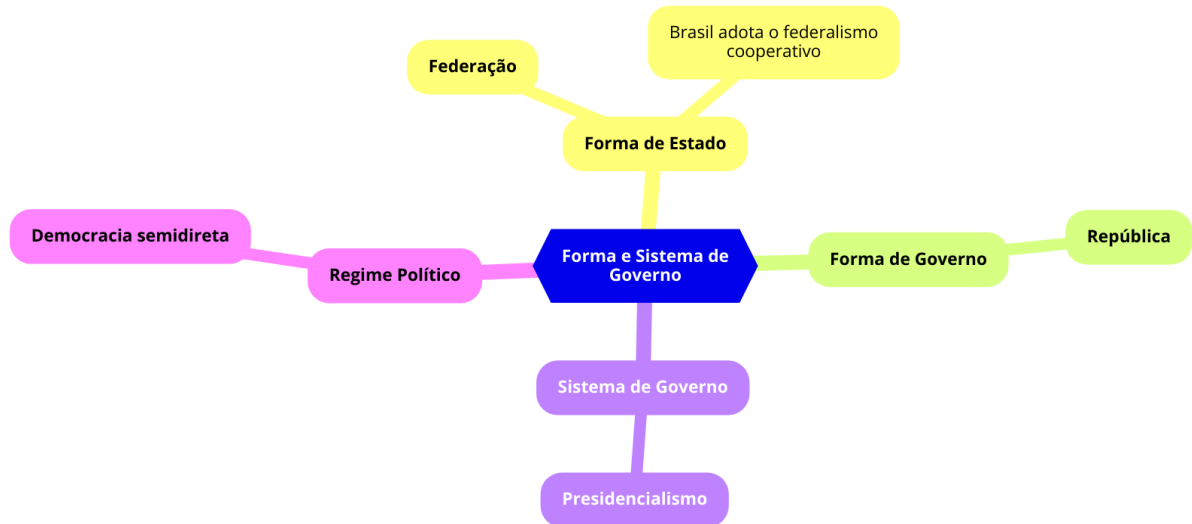


Forma e Sistema de Governo

- **Forma de Estado**: Federação (Brasil adota o **federalismo cooperativo**).
- **Forma de Governo**: República.
- **Sistema de Governo**: Presidencialismo.
- **Regime Político**: Democracia semidireta ou participativa.

Poder do Povo

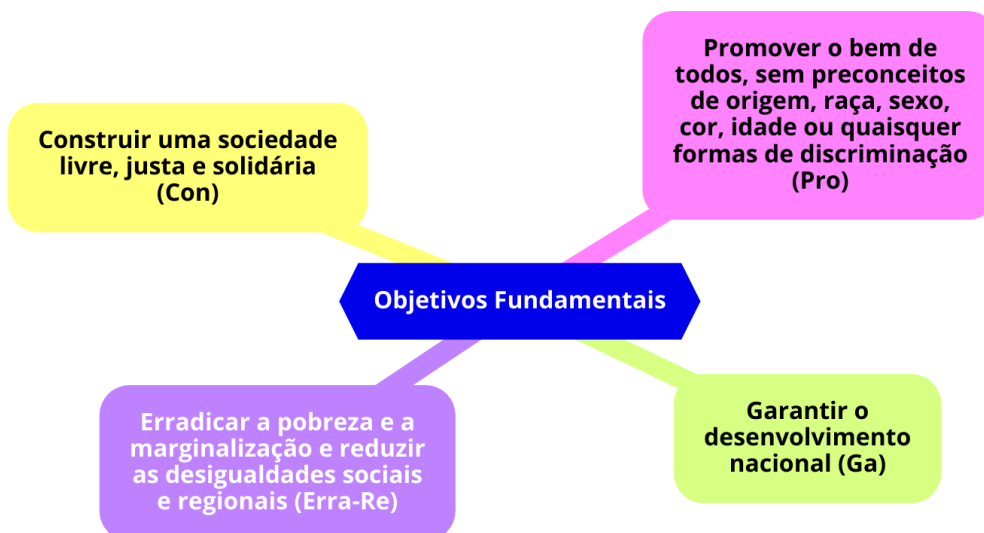
- **Art. 1º, Parágrafo Único:** Todo o poder emana do povo, que o exerce diretamente (voto, plebiscito, referendo, iniciativa popular) ou por meio de representantes eleitos.
 - **Democracia semidireta:** O povo participa diretamente em algumas decisões (ex.: plebiscito e referendo), mas também elege representantes.



Art. 3º - Objetivos Fundamentais da República Federativa do Brasil - **CON-GA-ERRA-RE-PRO**

Os objetivos expressos no artigo 3º visam guiar o desenvolvimento e as políticas públicas do país, garantindo a **justiça social**:

1. **Construir uma sociedade livre, justa e solidária (Con).**
2. **Garantir o desenvolvimento nacional (Ga).**
3. **Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais (Erra-Re).**
4. **Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer formas de discriminação (Pro).**



Art. 4º - Princípios nas Relações Internacionais

A RFB rege-se, em suas relações internacionais, pelos seguintes princípios:

1. **Independência Nacional.**
2. **Prevalência dos Direitos Humanos.**
3. **Autodeterminação dos povos.**
4. **Não-intervenção.**
5. **Igualdade entre os Estados.**
6. **Defesa da Paz.**
7. **Solução pacífica dos conflitos.**
8. **Repúdio ao terrorismo e ao racismo.**
9. **Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.**
10. **Concessão de asilo político.**

A RFB buscará a **integração econômica, política, social e cultural** dos povos da América Latina, visando à formação de uma **comunidade latino-americana de nações**.

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

São classificados em **gerações** de direitos: **L-I-F-D-I-P-E** OU **L-I-S-D-I-P-E**

1. **Direitos de 1ª Geração - Liberdade**
 - **Civis e Políticos:** Protegem a liberdade individual contra interferências do Estado.
 - **Exemplo:** Direito à vida, liberdade e propriedade.
2. **Direitos de 2ª Geração - Igualdade**

- **Sociais, Econômicos e Culturais:** Exigem atuações positivas do Estado para garantir a igualdade.
- **Exemplo:** Direito à educação, saúde e trabalho.
- 3. **Direitos de 3ª Geração – Fraternidade / Solidariedade**
 - **Direitos Difusos:** Pertencem a todos e visam proteger interesses coletivos.
 - **Exemplo:** Direito ao meio ambiente e ao consumidor.
- 4. **Direitos de 4ª Geração**
 - Relacionados à **democracia, informação, pluralismo e engenharia genética.**
 - **Exemplo:** Direito à proteção de dados e ao acesso à informação.

Direitos Fundamentais no Art. 5º

- **Texto Constitucional:**
 "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à **vida**, à **liberdade**, à **igualdade**, à **segurança** e à **propriedade**."
- 1. **Direito à Vida**
 - A vida é inviolável, desde a concepção até a morte.
 - **Exemplo:** O STF decidiu que pesquisas com células-tronco embrionárias **não violam o direito à vida** (ADI 3510), pois a proteção constitucional refere-se ao indivíduo já formado.
- 2. **Direito à Liberdade**
 - **Liberdade de expressão, crença, locomoção e trabalho** são asseguradas.
 - **Exemplo:** Liberdade de locomoção (ir e vir) é garantida, exceto em casos de prisão legal.
- 3. **Direito à Igualdade (Isonomia)**
 - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de origem, raça, sexo, cor, idade, crença ou qualquer outra forma de discriminação.
 - **Exemplo:** O tratamento igualitário entre homens e mulheres em direitos e obrigações (Inciso I do Art. 5º).
- 4. **Direito à Segurança**
 - O Estado é responsável por garantir a segurança pública e pessoal.
 - **Exemplo:** Direito à proteção em situações de ameaça física ou psicológica.
- 5. **Direito à Propriedade**
 - A propriedade privada é protegida, mas pode ser desapropriada por interesse público, com indenização justa e prévia.
 - **Exemplo:** Desapropriação de terras para fins de reforma agrária.

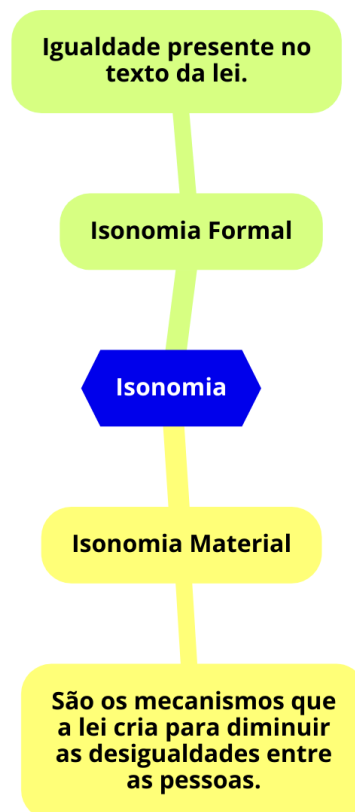
Princípio da Isonomia

1. **Isonomia Material**
 - **Conceito:** Tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de suas desigualdades.

- **Exemplo: Foro por prerrogativa de função** para autoridades públicas, ou proteção especial a grupos vulneráveis, como idosos e pessoas com deficiência.
- **Jurisprudência:** O STF entende que o princípio da isonomia é de **autoaplicabilidade**, ou seja, pode ser invocado diretamente sem necessidade de regulamentação adicional.

2. Isonomia Formal

- **Conceito:** Prevista na lei, visa coibir privilégios, abusos e regalias injustificadas.
- **Exemplo: Prestação alternativa** ao serviço militar obrigatório, onde aqueles que não prestam o serviço por motivos de crença ou convicção têm a obrigação de cumprir uma função alternativa.



Incisos do Art. 5º

Inciso I - Igualdade entre Homens e Mulheres

- **Texto:** Homens e mulheres são **iguais em direitos e obrigações** nos termos da Constituição.
- **Exemplo:** Homens e mulheres têm os mesmos direitos e deveres na família, no trabalho e na sociedade.

Inciso II - Princípio da Legalidade

- **Texto:** Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer algo senão em virtude de lei.
- **Conceito:** O princípio da **legalidade** abrange leis no sentido amplo, incluindo decretos e normas infralegais.
- **Exemplo:** É dever do cidadão não cumprir uma ordem ilegal, mesmo que emanada de uma autoridade. O cidadão pode opor-se a uma ordem judicial que seja manifestamente ilegal.



Inciso III – Proibição de Tortura e Tratamento Desumano

- **Texto:** Ninguém será submetido a tortura ou a tratamento desumano ou degradante.
- **Exemplo:** **Uso de algemas** só pode ser justificado em caso de **Perigo** à integridade física, **Resistência** ou risco de **Fuga (PRF)**. A justificativa deve ser feita **por escrito**, e a não observância pode acarretar nulidade do ato processual.
- **Jurisprudência:** O STF consolidou, na Súmula Vinculante nº 11, que o uso de algemas deve ser justificado de forma excepcional.

Inciso IV – Liberdade de Manifestação do Pensamento

- **Texto:** É livre a manifestação do pensamento, sendo **vedado o anonimato**.
- **Conceito:** O direito à liberdade de expressão é amplo, mas **não permite o anonimato** para proteger a responsabilização pelas palavras e atos.
- **Exemplo:** A denúncia anônima **não pode** ser usada como base para a instauração formal de um inquérito policial, mas pode iniciar investigações informais.

Inciso V – Direito de Resposta

- **Texto:** É assegurado o direito de resposta proporcional ao agravo, além de indenização por dano material, moral ou à imagem.
- **Exemplo:** Um indivíduo ofendido por uma publicação em um jornal tem direito a uma resposta pública no mesmo meio de comunicação, além de poder requerer indenização por danos.

Dicas

1. **Igualdade entre Brasileiros e Estrangeiros:** Leis infraconstitucionais **não podem** discriminar brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil em termos de direitos fundamentais. A distinção só pode ser feita pela Constituição.
2. **Autoaplicabilidade do Princípio da Isonomia:** O STF já decidiu que a isonomia é de autoaplicabilidade, ou seja, pode ser invocada diretamente sem depender de regulamentação.
3. **Legalidade e Ordem Ilegal:** O princípio da legalidade abrange não apenas leis formais, mas também decretos e normas infralegais. O cidadão tem o direito e dever de não cumprir uma ordem ilegal, sendo responsável por se opor a essa ordem.
4. **Liberdade de Expressão e Vedação ao Anonimato:** Embora a liberdade de expressão seja amplamente garantida, o anonimato é vedado para garantir que todos sejam responsáveis pelas suas manifestações.
5. A **Constituição Federal** é a única que pode **autorizar distinções** entre brasileiros e estrangeiros. Leis infraconstitucionais **não** podem estabelecer discriminação entre eles.

Inciso VI – Liberdade de Crença e Proteção aos Locais de Culto

- **Texto:** É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo **garantido** o livre exercício dos cultos religiosos e, na forma da lei, a **proteção aos locais de culto e a suas liturgias**.
- **Exemplo:** Igrejas, templos e centros religiosos têm proteção constitucional contra interferências indevidas, como invasões ou perturbações durante suas atividades litúrgicas.
- **Dica:** A liberdade de crença abrange tanto o direito de **ter ou não ter** uma crença quanto o direito de praticar ritos e cerimônias religiosas em segurança.

Inciso VII – Assistência Religiosa nas Entidades de Internação

- **Texto:** É assegurada, nos termos da lei, a **assistência religiosa** nas entidades civis e militares de internação coletiva.
- **Exemplo:** Um preso ou hospitalizado em uma instituição pública tem o direito de receber assistência religiosa, seja qual for a religião que professe.
- **Dica:** O direito à assistência religiosa aplica-se em hospitais, prisões, unidades de internação e outras instituições coletivas.

Inciso VIII – Liberdade de Crença e Prestação Alternativa

- **Texto:** Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para **eximir-se de obrigação legal** a todos imposta e **recusar-se a cumprir prestação alternativa**, fixada em lei.
- **Exemplo:** Indivíduos que, por razões religiosas, recusam-se a prestar o serviço militar obrigatório devem realizar uma **prestação alternativa** prevista por lei.
- **Dica:** Esse inciso assegura que crenças religiosas ou filosóficas não possam ser usadas como desculpa para evitar obrigações legais, exceto quando houver uma alternativa prevista na legislação.
- **Prestação Alternativa:** O direito à crença não exige a pessoa de cumprir obrigações legais, como o serviço militar. No entanto, há a previsão de **prestação alternativa** para quem não puder realizá-lo por motivo de crença.

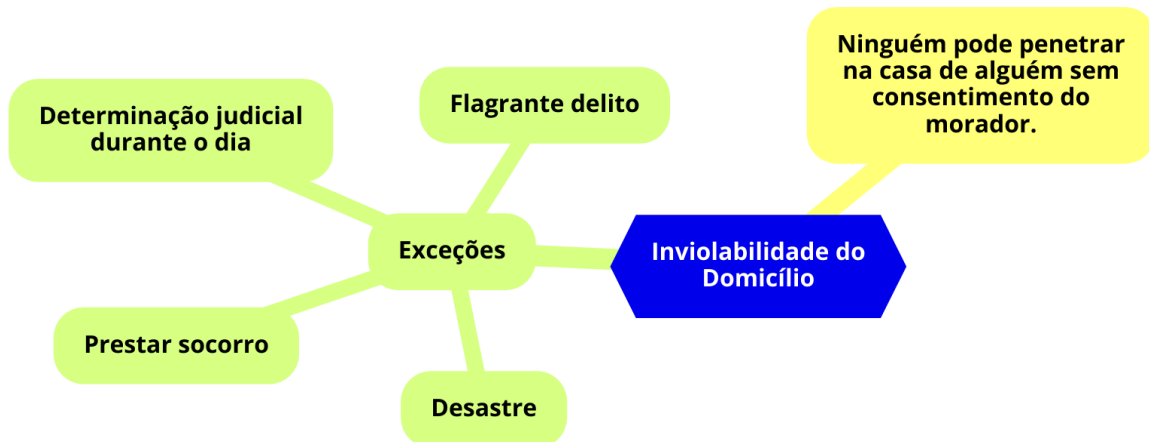
Inciso X – Inviolabilidade da Intimidade, Vida Privada, Honra e Imagem

- **Texto:** São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a **indenização** pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.
- **Inviolabilidade da Intimidade e Imagem:** A proteção à honra, intimidade e imagem é ampla. Biografias não precisam de autorização prévia para serem publicadas, mas os autores podem ser responsabilizados por violação de direitos.
- O STF decidiu que não é necessária autorização prévia para a publicação de biografias, desde que se respeitem esses direitos.
- O STF afirmou que o direito à imagem é autônomo e pode ser reparado independentemente de ofensa à honra.
- **Dica:** Tanto pessoas físicas quanto jurídicas têm direito à proteção de sua imagem, vida privada e honra, com indenização por qualquer dano sofrido.

Inciso XI – Inviolabilidade do Domicílio

- **Texto:** Ninguém pode penetrar na casa de alguém sem o **consentimento** do morador, exceto em caso de **flagrante delito, desastre, prestar socorro, ou por determinação judicial durante o dia**.
- **Inviolabilidade do Domicílio:** A entrada em domicílio sem consentimento é limitada a situações excepcionais, e qualquer prova obtida de forma irregular será considerada ilícita.
- **Conceito de "Casa":**
 - Inclui qualquer compartimento habitado, como apartamentos, escritórios profissionais, e até embarcações e acomodações temporárias, como quartos de hotel.
 - **Exclusão:** Bares, restaurantes e locais abertos ao público não são considerados "casa".

- **Exemplo:** A polícia não pode entrar na casa de alguém à noite, mesmo com mandado judicial, salvo em caso de flagrante ou desastre.



Inciso XII – Inviolabilidade do Sigilo das Comunicações

- **Texto:** É inviolável o sigilo da correspondência, das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial nas hipóteses de investigação criminal ou instrução processual penal.
- **Exemplo 1:** A interceptação telefônica é lícita somente com autorização judicial. Caso a interceptação seja feita sem ordem judicial ou por juiz incompetente, é considerada prova ilícita.
- **Exemplo 2:** A interceptação de correspondências pode ser feita de forma lícita em casos excepcionais, como em presídios, para preservar a segurança.
- **Exemplo 3:** O RE 1.055.941/2019 decidiu que é constitucional o compartilhamento de dados fiscais com órgãos de persecução penal sem prévia autorização judicial, em certos casos.
- **Dica:** O sigilo bancário e fiscal pode ser quebrado por ordem judicial ou por CPIs (Comissões Parlamentares de Inquérito), desde que sigam os requisitos legais.
- **Sigilo das Comunicações:** O sigilo das comunicações (telefone, correspondência, dados) é protegido, mas pode ser quebrado mediante autorização judicial em investigações criminais.

Sigilo Bancário

- **Regra Geral:** O sigilo bancário só pode ser quebrado por **decisão judicial**, em investigações criminais ou procedimentos de natureza semelhante.
- **Exceção:** **Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs)** podem quebrar o sigilo bancário, desde que respeitados os requisitos legais.
- **Exemplo:** Se uma CPI estiver investigando a conduta de um agente público, pode solicitar o extrato bancário desse agente sem precisar de uma ordem judicial.
- **Dica:** A quebra de sigilo bancário é uma medida excepcional e só pode ser utilizada com base em **motivos justificados** de interesse público.

Sigilo Fiscal

- **Regra Geral:** Assim como o sigilo bancário, o sigilo fiscal (relativo a declarações de imposto de renda e movimentações financeiras) é protegido e só pode ser quebrado por **decisão judicial** ou por **CPIs** federais e estaduais.
- **Exemplo:** Uma investigação criminal pode levar à quebra do sigilo fiscal de um suspeito para averiguar inconsistências em suas declarações de renda.
- **Dica:** O sigilo fiscal de pessoas físicas e jurídicas pode ser solicitado pela **Receita Federal**, desde que haja uma autorização legal adequada.

Relatórios de Inteligência Fiscal

- **Regra Geral:** Os **Relatórios de Inteligência Fiscal** e os procedimentos fiscalizatórios da Receita Federal são protegidos por sigilo. No entanto, podem ser compartilhados com **órgãos de persecução penal** sem autorização judicial, desde que seja para fins de investigação criminal.
- **Exemplo:** Um relatório fiscal pode ser utilizado em uma investigação criminal para fornecer informações sobre fraudes fiscais.
- **Decisão do STF (RE 1.055.941/2019):** O STF considerou **constitucional** o compartilhamento de relatórios de inteligência fiscal com órgãos de investigação penal **sem autorização judicial**, quando esses relatórios visam a investigação de crimes.

Sigilo de Correspondências

- **Regra Geral:** O sigilo de correspondências é protegido pela Constituição, e sua violação só pode ocorrer em **circunstâncias excepcionais**, como em investigações criminais.
- **Exemplo:** Em estabelecimentos prisionais, a administração penitenciária pode interceptar correspondências para garantir a segurança interna, desde que seja uma medida **excepcional e justificada**.
- **Dica:** Qualquer violação indevida ao sigilo de correspondência pode gerar responsabilidade civil e penal para quem cometeu a violação.

Interceptação de Comunicações Telefônicas

- **Interceptação de Conversas Telefônicas:**
 - **Regra:** Somente o **Judiciário** pode autorizar a interceptação de comunicações telefônicas, e essa medida só pode ser usada em **investigações criminais** ou **instrução processual penal**.

- **Dica:** A interceptação sem autorização judicial é **ilícita** e não pode ser usada como prova em processos.
- **Exemplo:** Uma escuta telefônica entre suspeitos de um crime só pode ser realizada após a emissão de uma ordem judicial.
- **Ou seja::**
 - **Ilícita:** Interceptação realizada sem ordem judicial ou por juiz incompetente.
 - **Lícita:** Interceptação com autorização judicial para fins de investigação criminal.
- **Sigilo de Extrato das Ligações:**
 - **Regra:** O extrato de ligações telefônicas (registro de chamadas) pode ser obtido mediante ordem judicial ou por **CPIs**.
 - **Exemplo:** CPIs podem solicitar os registros das ligações telefônicas de um investigado para verificar suas comunicações sem precisar ouvir as conversas.

Sigilo de Dados

- **Regra Geral:** Dados pessoais armazenados em dispositivos eletrônicos, como celulares e computadores, são protegidos pelo sigilo, mas podem ser acessados mediante **autorização judicial** ou em situações especiais durante flagrante delito.
- **Exemplo:** A polícia pode verificar os registros de chamadas e mensagens no celular de uma pessoa presa em flagrante delito, sem necessidade de autorização judicial prévia, desde que a ação esteja relacionada ao crime investigado.
- **Dica:** Essa verificação deve respeitar o princípio da **proporcionalidade**, ou seja, só pode ocorrer quando for necessário para a investigação.

Jurisprudência Relevante

1. **Gravação de Conversas:**
 - **Lícita:** Gravação de conversa telefônica por um dos interlocutores sem o conhecimento do outro é permitida quando ausente causa de sigilo ou quando fundada em **legítima defesa**.
 - **Exemplo:** Um empresário pode gravar uma ligação com um fornecedor para documentar uma negociação, sem precisar avisá-lo.
2. **Verificação de Dados em Flagrante Delito:**
 - **Lícito:** O acesso a informações de celulares e outros dispositivos em flagrante delito é considerado lícito, desde que relacionado diretamente ao crime.

Inciso XIII – Livre Exercício de Profissão

- **Texto:** "É livre o exercício de qualquer profissão, atendidas as qualificações que a lei estabelecer."

- **Conceito:** O exercício de qualquer profissão é **livre**, mas pode ser condicionado a requisitos legais, como formação, qualificação técnica ou inscrição em conselhos de fiscalização.
- **Decisão do STF (RE 414.426):** O STF estabeleceu que **somente** quando houver **potencial lesivo** na atividade (como em profissões médicas ou jurídicas), pode-se exigir inscrição em conselho de fiscalização.
- **Exemplo:** A exigência de diploma para advogados e a inscrição na OAB é justificada pelo potencial lesivo da profissão.
- **Dica:** Profissões que não apresentam risco direto à sociedade não precisam de conselho de fiscalização para serem exercidas.

Inciso XV - Direito de Locomoção

- **Texto:** "É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, nos termos da lei."
- **Conceito:** Garante o direito de qualquer pessoa se mover livremente em todo o território nacional, **em tempo de paz**.
- **Eficácia Contida:** Esse direito pode ser **restringido** por lei em circunstâncias específicas, como estado de sítio.
- **Exemplo:** Em tempos de pandemia ou crise, pode haver restrição de circulação por razões de saúde pública ou segurança.
- **Dica:** Esse é um direito que pode ser limitado, mas deve haver justificativa legal para qualquer restrição.

Inciso XVI - Direito de Reunião

- **Texto:** "Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente."
- **Conceito:** Garante o direito de reunião pacífica, **sem necessidade de autorização** prévia, bastando apenas o **aviso prévio** às autoridades.
- **Proteção por Mandado de Segurança (MS):** Caso haja tentativa de proibir uma reunião legítima, pode-se impetrar Mandado de Segurança.
- **Exemplo:** Manifestações públicas e protestos são protegidos por esse inciso, desde que sejam pacíficos e não causem desordem.
- **Dica:** O aviso prévio à autoridade é necessário para que haja organização e proteção durante a reunião, mas a autorização **não é exigida**.

[CLIQUE AQUI PARA GARANTIR O MATERIAL COMPLETO](#)